Lula 4: A eleição das nossas vidas e os desafios do feminismo popular no Brasil

Tica Moreno

17/11/2026

Tica Moreno analisa a vitória popular, os desafios do feminismo diante da extrema direita e a agenda de lutas para o próximo governo Lula



Foto: Divulgação Capire

O movimento de mulheres do Brasil entrou nestas eleições presidenciais afirmando que não seriauma eleição qualquer, nem para o povo brasileiro, nem para a América Latina e Caribe. Enfrentamos uma extrema direita profundamente misógina e articulada internacionalmente, num momento em que a ofensiva e ingerência dos Estados Unidos em nosso continente é escancarada.

A vitória popular no segundo turno foi linda e histórica. Viramos o jogo com a força da mobilização popular intergeracional. Foi a juventude que se levantou e reagiu, com um repertório diverso de formas de articulação e convocação, que escapam das tradições das organizações de esquerda. Foram as pessoas idosas e as que moram mais longe de onde votam que reduziram a abstenção.

Nas ruas e nas redes, construímos uma sinergia e uma retroalimentação que devem orientar nosso acúmulo de força para as batalhas que seguem essa nossa vitória. Espalhar conteúdos e gerar diálogo nas redes se combinou com o cotidiano do “porta a porta”, das banquinhas e panfletagens, das caminhadas e piseiros, distribuídos por todo o país. Aprendemos a usar as redes, mas também entendemos o funcionamento das *big techs*. Reelegemos Luiz Inácio Lula da Silva e, nesse processo, finalmente conquistamos a redução da escala semanal de trabalho de seis para cinco dias, em uma vitória histórica que garantirá que quase 15 milhões de trabalhadoras e trabalhadores formais no país tenham um dia a mais de folga na semana sem redução de salário. Além disso, também conseguimos a assinatura de uma medida provisória pelo presidente para proibir as plataformas digitais de apostas no país. Fomos acompanhadas por todo o mundo e mostramos que é possível derrotar Donald Trump.

Fascismo e violência

Celebrar nossa vitória não pode significar diminuir o que foi e é o lado de lá, o fascismo.
O ódio ao diferente e a violência como método são pilares do fascismo do nosso tempo que se forja no centro do imperialismo em decadência. Esse é o marco para entender a misoginia e sua escalada por meio das redes de ódio nas plataformas das *bigtechs*. Nas eleições, isso se traduziu em violência política aberta contra as candidatas de esquerda, que sofreram ameaças sistemáticas, de violência sexual e de morte, além de ataques a militantes. A pesquisa Violência Política e Eleitoral no Brasil identificou 134 episódios de violência política nos 50 dias da campanha do primeiro turno. Mesmo sendo apenas 34,85% das candidaturas, as mulheres foram quase 60% das vítimas.

Nós derrotamos no segundo turno uma extrema direita que, diferente de outros países da América Latina, se organiza em um partido, com identidade política, projeto e capacidade de coordenação. Comprovando o que o feminismo popular diz há tempos ("não basta ser mulher…"), as mulheres do Partido Liberal (PL, sigla dos Bolsonaro) foram eleitas mesmo promovendo questionamentos até ao direito de voto das mulheres.

Elas expressam um giro tático na forma da extrema direita fazer e falar sobre a política com a maioria da população: mais do que nunca, agora são as mulheres que apresentam o projeto antifeminista e conservador. Com muita força no digital, sua agenda é deslegitimar qualquer avanço ou política para as mulheres, das políticas sociais às medidas de combate à violência contra as mulheres. Explicitamente, atacam o feminismo em todas as suas expressões e defendem um programa econômico antipovo.

Desafios para as mulheres organizadas

É preciso compreender essa movimentação e sua centralidade na extrema direita para enfrentar essa correlação de forças. A renovação da esquerda no Congresso Nacional felizmente passa por mulheres muito bem posicionadas, que expressam a imbricação do feminismo e do enfrentamento ao racismo com as pautas da classe trabalhadora, as políticas sociais e a soberania.

É tempo de superar a negação do feminismo como sujeito político coletivo e de reconhecer sua agenda como estruturante do projeto de país que queremos construir. Temos os próximos quatro anos para acumular forças e avançar nesse projeto, em forma e conteúdo.

Um desafio agora é entender como a força e a energia de mobilização podem virar, efetivamente, um novo modo de governar e fazer política. Para o governo Lula 4, precisamos de um modo que supere os instrumentos e mecanismos atuais de participação social em relação ao Estado, que hoje não empoderam o povo. Muito além de conselhos e conferências, a participação precisa andar de mãos dadas com a mobilização. Sem força popular não vamos garantir as condições políticas para implementar as medidas de mudança que elegeram Lula.

Agenda feminista

Na Marcha Mundial das Mulheres, entendemos que é preciso canalizar a energia das mobilizações populares para organizar e acumular forças para transformações estruturais. Para as mulheres, pelo menos dois eixos são fundamentais em nossa luta no próximo governo Lula.

O primeiro é a efetiva implementação da Política Nacional de Cuidados, com a universalização das creches, restaurantes populares e lavanderias coletivas, centros e políticas de cuidado para as pessoas idosas. O governo Lula 3 reconstruiu as políticas para as mulheres e criou a política de cuidados. Lula 4 precisa dar um salto além dos projetos piloto e colocar o cuidado no orçamento.

O segundo eixo é a soberania digital, que em nosso feminismo articula o enfrentamento à misoginia e às *big techs*. A soberania será só um discurso se não houver a regulação das *bigtechs* e o desmantelamento de seu poder sobre a nossa comunicação e as infraestruturas da nossa vida. Os dados da população e do território brasileiro devem ser efetivamente nossos e servir ao nosso projeto de país. É preciso investir no desenvolvimento de modelos de inteligência artificial orientados para resolver os problemas da vida do povo, em uma transformação digital do Estado ancorada em infraestruturas digitais soberanas e na soberania sobre

nossos minerais críticos.

Esses dois eixos estão intrinsecamente articulados com a economia que queremos: de uma vida sem dívidas ao trabalho com direitos e tempo de descanso e lazer. Contra a especulação do capital financeiro, apostamos na economia real, no cuidado e na satisfação das necessidades da vida da população como eixo da transformação da economia.

Não foi o programa do mercado financeiro que ganhou esta eleição. A juventude, as mulheres e as pessoas idosas elegeram o programa da Farmácia Popular, que oferece medicamentos de graça para a população, do investimento em saúde e educação, da tarifa zero no transporte, da alimentação saudável e da soberania. É esse programa que precisamos sustentar com organização e mobilização nos próximos quatro anos.

Tica Moreno integra a Coordenação Nacional da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil e a equipe do Capire.

Via Capire

Compartilhe nas redes: